

ESTUDO DE CASO SOBRE ADAPTAÇÕES CURRICULARES E EXTENSÃO

CASE STUDY ON CURRICULAR ADAPTATIONS AND EXTENSION

Antônio Marcos Neves Esteca – Faculdade Metropolitana

Fernanda de Cássia Neves Esteca – Faculdade Metropolitana

Wanderlei Oliveira – Pontifícia Universidade Católica Campinas

Alessandro Viola Pizzoleto – Faculdade Metropolitana

Paola Alves Martins dos Santos – Faculdade Metropolitana

Marcelo Vituzzo Perciani – Faculdade Metropolitana

tecnologia@faculdademetropolitana.edu.br, fernanda.esteca@alumni.usp.br,
wanderleio@hotmail.com, alessandropizzoleto@gmail.com, pam.santos@unesp.br,
marcelovituzzo@faculdademetropolitana.edu.br

Resumo. A curricularização da extensão universitária é um elemento essencial na formação acadêmica, fortalecendo o vínculo entre IES e sociedade. Este estudo teve como objetivo analisar adaptações curriculares em cursos de EaD para atender à Resolução nº 7/2018, que estabelece a destinação de 10% da carga horária para atividades extensionistas. Utilizando a metodologia de estudo de caso, revelou-se que a implementação da extensão na EaD exige inovação pedagógica e estratégias que garantam a interação com a comunidade. Conclui-se que a curricularização da extensão, mesmo no ensino remoto, promove formação crítica e compromisso social, reforçando o papel transformador do ensino superior.

Palavras-chave: Extensão universitária; curricularização da extensão; graduação.

Abstract. The curricularization of university extension is an essential component of academic training, strengthening the connection between higher education institutions and society. This study aimed to analyze curricular adaptations in distance education (DE) courses to comply with Resolution No. 7/2018, which mandates the allocation of 10% of the total course workload to extension activities. Using a case study methodology, the findings indicate that implementing extension in DE requires pedagogical innovation and strategies that ensure interaction with the community. It is concluded that curricularization of extension, even in remote learning, promotes critical education and social commitment, reinforcing the transformative role of higher education.

Keywords: University extension; curricularization of extension; undergraduate education.

1 Introdução

A extensão universitária no Brasil tem suas raízes na própria formação das instituições de ensino superior (IES), mas também em influências latino-americanas, norte-americanas e europeias (LUCAS et al., 2023). O Movimento de Córdoba (1918) foi um marco nesse contexto, ao propor a aproximação entre IES e sociedade, inspirando modelos dialógicos de extensão. Nos anos seguintes, diferentes concepções de extensão emergiram, variando entre assistencialismo, prestação de serviços e envolvimento comunitário. Especificamente, no cenário nacional, a extensão foi incorporada às políticas educacionais, consolidando-se na Reforma Universitária de 1968 e posteriormente fortalecida pelo Forproex, que definiu a extensão como um processo transformador entre IES e sociedade (LUCAS et al., 2023). Essa prática deveria ser indissociável do ensino e da pesquisa, promovendo a democratização do conhecimento e a construção de uma IES socialmente comprometida. Para superar entraves nessa dimensão da formação universitária, a integração da extensão nos currículos acadêmicos foi regulamentada no Brasil pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Essa medida atende às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, que, em sua meta 12, estratégia 7, estabelece que 10% da carga horária total dos cursos de graduação deve ser dedicada a atividades extensionistas (FONTENELE, 2024). Diante desse cenário, esse estudo objetiva apresentar adaptações curriculares realizadas em cursos de educação a distância (EaD) para atender as diretrizes propostas pela resolução.

2 Método

Este estudo foi conduzido por meio da metodologia de estudo de caso, que permite uma análise aprofundada de um fenômeno dentro de seu contexto real (ANDRADE et al., 2017). A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, buscando compreender as dinâmicas e implicações da temática investigada a partir da observação e interpretação dos dados coletados. As informações foram obtidas por meio de fontes institucionais e documentos, garantindo uma visão que permitiu a construção e análise descritiva do caso. Nenhuma informação sensível foi utilizada, respeitando os princípios éticos de pesquisa.

3 Resultados e Discussão

Os resultados deste estudo evidenciam a importância da curricularização da extensão como parte integrante da formação acadêmica na instituição estudada, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7/2018. A obrigatoriedade de destinar 10% da carga horária total dos cursos de graduação para atividades extensionistas representa uma mudança estrutural no ensino superior, fortalecendo o vínculo entre IES e sociedade (LUCAS et al., 2023). Na instituição, também se adotou uma diretriz que responda à necessidade de uma educação mais conectada com os desafios sociais, alinhando-se aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (MARTINS et al., 2024), que devem nortear projetos propostos pelos estudantes. Em linhas gerais, a implementação desse modelo foi estruturada por meio da inserção de disciplinas específicas em cada semestre, garantindo que, ao final do curso, os estudantes tenham integralizado o percentual exigido de carga horária em atividades de extensão. O caráter presencial e comunitário das ações reflete um compromisso com a transformação social, consolidando a extensão como um eixo fundamental da formação acadêmica – mesmo pensando nos cursos de EaD. Para assegurar a participação efetiva e real, a instituição exige relatórios com registros fotográficos e um termo de comprovação assinado pelo gestor das instituições que recebem os alunos, garantindo a autenticidade das experiências vivenciadas/relatadas. A adoção desse formato ressalta a necessidade de transformar a extensão universitária em um processo mais estruturado e regulamentado, assegurando que seu propósito seja efetivamente cumprido (FONTENELE, 2024). A exigência de comprovação “presencial” também busca evitar distorções no cumprimento da carga horária e reforça a importância da vivência direta com a comunidade, promovendo uma formação acadêmica pautada na prática social e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – como previsto na resolução nº 7/2018. Esses resultados demonstram que a curricularização da extensão não apenas atende a exigências normativas, mas também impulsiona uma formação cidadã, preparando os alunos para atuar de forma crítica e responsável em suas áreas de formação.

4 Conclusão

A curricularização da extensão universitária reafirma o papel das instituições de ensino como um espaço de produção de conhecimento voltado para a transformação social, especialmente no contexto EaD. Sob uma perspectiva filosófica, essa relação dialoga com o pensamento freiriano que concebe a educação como um processo libertador, no qual o saber se constrói na interação entre sujeitos e não pode ser dissociado da realidade concreta. No contexto EaD, essa indissociabilidade entre ensino e prática ganha novos desafios, pois exige que a experiência extensionista se adapte às possibilidades do ensino remoto, sem perder sua essência de engajamento social e transformação coletiva.

Referências

ANDRADE, S. R.; RUOFF, A. B.; PICCOLI, T.; SCHMITT, M. D.; FERREIRA, A.; XAVIER, A. C. A. O estudo de caso como método de pesquisa em enfermagem: uma revisão integrativa. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 26, n. 4, p. e5360016, 2017.

FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. **Revista Katálysis**, v. 27, p. e97067, 2024.

LUCAS, A. C; LEITE, J. P. A.; GONÇALVES JUNIOR, O.; NOIJE, P. V.; SOUSA, R. R. Curricularização da extensão: a experiência do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, p. e88038, 2023.

MARTINS, A. L. J.; MIRANDA, W. D.; SILVEIRA, F.; & PAES-SOUZA, R. (2024). A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como estratégia para equidade em saúde e territórios sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v. 48, n. spe1, p. e8828.